



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

Sessão Solene Evocativa dos 50 anos da Universalização do Direito das Mulheres ao Voto em Portugal

REUNIÃO DE 7 DE MARÇO DE 2025

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)

SUMÁRIO

Às 10 horas e 3 minutos, entrou na Sala das Sessões o cortejo em que se integravam o Presidente da Assembleia da República — que saudou, com uma vénia, os membros do Corpo Diplomático presentes —, os Secretários da Mesa da Assembleia da República, a Secretária-Geral da Assembleia da República, o Chefe do Gabinete do Presidente da Assembleia da República, e a Diretora de Relações Internacionais, Públicas e Protocolo da Assembleia da República.

No Hemiciclo, encontravam-se já, além dos Deputados, os Secretários de Estado Adjunto e dos Assuntos Parlamentares e Adjunta e da Igualdade;

Encontravam-se ainda presentes: na Galeria I, o Corpo Diplomático;

Na Galeria II, a Presidente do Tribunal de Contas, a representante do Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, a representante do Procurador-Geral da República, o representante do Chefe do Estado-Maior-

General das Forças Armadas, o Representante da República para a Região Autónoma da Madeira, os representantes dos Chefes dos Estados-Maiores dos três ramos das Forças Armadas, o Presidente do Conselho Económico e Social, o representante do Presidente da Associação Nacional de Freguesias, os representantes do Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana e do Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública, Secretários de Estado, as representantes da Secretária-Geral dos Sistema de Segurança Interna e do Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, a Presidente e membros da Comissão Nacional de Proteção de Dados, o Presidente do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida, a representante do Presidente da Direção da Associação dos Ex-Deputados da Assembleia da República, a representante da Confederação do Comércio e

Serviços de Portugal, o representante do Secretário-Geral da CGTP-IN, a representante do Secretário-Geral da UGT;

Na Galeria III, público convidado;

Constituída a Mesa, a Cabo-adjunto Lina Rodrigues, da Orquestra Ligeira do Exército, interpretou o hino nacional, que foi igualmente cantado, de pé, pelos presentes.

Seguiram-se os discursos dos Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP), [Joana Mortágua](#) (BE), [Mariana Leitão](#) (IL), [Manuela Tender](#) (CH), [Alexandra Leitão](#) (PS) e [Teresa Morais](#) (PSD) e do Presidente da Assembleia da República.

A sessão foi encerrada eram 11 horas e 17 minutos, tendo sido executado pela Banda da Guarda Nacional Republicana, colocada nos Passos Perdidos, o hino nacional, que foi cantado e aplaudido, de pé, pelos presentes.

Após ter sido constituída a Mesa, ouviu-se o hino nacional, que foi cantado e aplaudido, de pé, pelos presentes na Sala.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Declaro aberta a Sessão Solene Evocativa dos 50 Anos da Universalização do Direito das Mulheres ao Voto em Portugal.

Eram 10 horas e 3 minutos.

Vamos dar início às intervenções dos grupos parlamentares e do Deputado único. Em representação do PAN, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Excelentíssimo Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Membros do Governo, Ilustres Entidades, Convidados e Convidadas aqui presentes nesta sessão solene: Quando, em 1822, foi apresentada uma proposta para o direito do voto das mulheres com seis filhos legítimos, surgiram vozes como a do Deputado Borges Carneiro, que dizia: «Trata-se do exercício de um direito político e deles são as mulheres incapazes. Elas não têm voz nas sociedades políticas [...]».

Quase um século depois, Carolina Beatriz Ângelo desafiou o sistema, votou e provou que a exclusão feminina era, sim, uma escolha política e não uma incapacidade. Mas foi apenas mais de 60 anos depois, a 15 de novembro de 1974, que as mulheres portuguesas conquistaram plenamente o direito ao voto.

Por isso, hoje, em primeira linha, quero agradecer, em nome não só do PAN mas de todas nós mulheres que estamos na vida pública e política, a coragem e a resistência das mulheres que nos precederam e que permitiram não só o direito ao voto, mas o direito a estar aqui onde estamos, neste momento, neste Hemiciclo.

Aplausos do PS e do L.

Mas, Sr.^{as} e Srs. Deputados, numa altura em que o mundo, de forma bastante complexa, recua nos direitos de tantas mulheres e meninas, apesar de aqui estarmos, olho em frente e não vejo igualdade plena. Apesar de sermos a maioria da população portuguesa, apenas um terço deste Plenário é composto por mulheres. E, mais do que isso, olhamos para o País e verificamos que a luta das mulheres está longe de ter terminado e de ter sido superada, com as desigualdades estruturais que ainda persistem.

Amanhã celebramos o Dia Internacional da Mulher e nada mostra melhor a necessidade desse dia do que fazer, no dia de hoje, seis anos a consagração do Dia de Luto Nacional pelas Vítimas de Violência Doméstica, mostrando a dimensão de um problema que claramente está por ultrapassar no nosso País. Por isso, quando perguntam se ainda faz sentido celebrar o Dia da Mulher, gostaria de relembrar o seguinte: no ano passado, morreram 22 pessoas, 19 delas mulheres, às mãos dos companheiros. No ano passado, houve mais de 30 000 ocorrências de casos de violência doméstica. Falamos de mulheres assassinadas, brutalmente espancadas e silenciadas nas suas próprias casas, um dos maiores flagelos do nosso País que urge combater. Por isso mesmo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, se não soubermos dar as respostas de que estas mulheres precisam, a incapacidade de viver também é uma escolha política.

Assim, nesta cerimónia, termino invocando as palavras de Simone de Beauvoir: «Que nada nos limite, nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância, já que viver é ser livre.» Que possamos viver uma vida plena e ter a liberdade de podermos ser quem somos; e, acima de tudo, que tantas meninas e mulheres lá fora, que não têm os mesmos direitos que nós temos aqui dentro, possam viver uma vida livre de violência.

Aplausos do PS, do BE, do L e de Deputados do PSD e da IL.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Votar é mais do que um direito e um dever; votar é a concretização da liberdade de poder escolher.

Durante muitos anos, parte do País viveu sem ter essa liberdade, e essa parte era composta maioritariamente por mulheres.

As mulheres viveram durante largos anos com muitos «mas» e com muitas condições associadas à sua liberdade e aos seus direitos. Graças ao combate a esses «mas» e à derrota daquelas condições, a universalização do direito ao voto foi conquistada há 50 anos. O CDS orgulha-se de ter feito parte desse combate e dessa concretização.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Código Eleitoral, nos princípios do regime republicano, determinava que o direito ao voto era concedido aos portugueses — mas aos portugueses que soubessem ler, mas aos portugueses que soubessem escrever, mas aos portugueses que fossem chefes de família. Como sabemos, Portugal, nessa época não tão distante assim, era um país com uma percentagem muito elevada de analfabetismo, em que a maioria dos chefes de família eram homens e uma parte significativa das mulheres era iletrada. O direito ao voto estava, por isso, severamente limitado.

Nesta sessão solene, não posso deixar de evocar Carolina Beatriz Ângelo. Tendo o primeiro ato eleitoral na 1.^a República tido lugar em 28 de maio de 1911, Beatriz Ângelo foi a primeira mulher portuguesa que conseguiu ter direito ao voto para a Assembleia Nacional Constituinte. Era mulher e era médica, mas, à época, nem essas condições lhe garantiram imediatamente o direito ao voto. Sucede que Beatriz Ângelo ficou viúva e se tornou chefe de família. Assim, e só assim, por uma circunstância dramática e aproveitando uma lacuna no Código Eleitoral, pediu para votar nas eleições de 28 de maio de 1911. Sem hipótese, mesmo assim; foi-lhe negado o exercício do direito de voto.

Carolina Beatriz Ângelo não desistiu, recorreu à justiça, que lhe deu razão, permitindo-lhe exercer essa liberdade. Foi Carolina Beatriz Ângelo quem apareceu para abrir caminho para a mudança de mentalidade e para que enviuvar não fosse, de forma macabra, a única circunstância habilitante ao voto das mulheres.

Mas o voto das mulheres não se universaliza nessa data, nem nada que se pareça. Foi um caminho duro, longo e injusto para muitas mulheres. Finalmente, a 15 de novembro de 1974, todas as mulheres, independentemente de terem formação ou de serem ou não chefes de família, foram reconhecidas como eleitoras. Passaram a ser eleitoras de pleno direito.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, no CDS sempre fomos a favor da igualdade entre mulheres e homens. Logo na sua fundação, o CDS fez questão de incluir na sua declaração de princípios a defesa intransigente da igualdade social entre homem e mulher. E logo após, em 1976, uma das suas dirigentes foi também a primeira Deputada do CDS à Assembleia Constituinte, Maria José Sampaio, a quem aqui também presto homenagem.

No CDS sempre demos lugar ao mérito e à competência e, por isso, foi naturalmente que sempre tivemos mulheres que se destacaram na representação do partido e dos seus valores. No CDS, mulheres e homens sempre lutaram pela igualdade de oportunidades. O CDS elegeu Maria José Nogueira Pinto como líder parlamentar e Assunção Cristas como presidente do partido, para além de ter dado muitos outros lugares de destaque a mulheres, muito antes de outros partidos o fazerem. O CDS orgulha-se muito da defesa que faz, e fez sempre, do papel das mulheres na vida pública. Não aceitamos lições daqueles que, noutros dias e noutras circunstâncias, não têm a coragem ou a frontalidade de dizer «mulher» e inventam «pessoa que isto» ou «pessoa que aquilo».

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, diz-se mulher e será sempre mulher. Não aceitamos lições dos que se acham donos de algumas causas, nesta Casa e, sobretudo, quando o CDS, ao longo de 50 anos, teve o nível e a qualidade de tantas mulheres na linha da frente da defesa dos seus valores.

São e foram muitos os exemplos, mas por todas, e a terminar, recordo Maria José Nogueira Pinto para, em sua memória, estender uma homenagem a todas as mulheres que, ao longo de 50 anos, lutaram pela concretização da democracia em Portugal.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Livre, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes.

A oradora deposita um cravo vermelho, que fica visível, na tribuna.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.^a e Sr. Membros do Governo, Excelentíssimas Convidadas, Excelentíssimos Convidados, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Cidadãs, Cidadãos: A luta pela participação política das mulheres é longa, antiga e atual. Algo tão simples como o direito ao voto universal para todas as mulheres só foi alcançado em Portugal há 50 anos.

Carolina Beatriz Ângelo surge sempre quando falamos do direito ao voto das mulheres. Foi a primeira mulher a votar em Portugal, mas só porque havia um buraco na lei que indicava que eram eleitores todos os cidadãos portugueses com mais de 21 anos que soubessem ler e escrever e fossem chefes de família. É que o legislador nem sequer pensou que uma mulher poderia votar ou poderia preencher estes critérios. Mas Carolina preenchia e, por isso, exigiu e conseguiu ser incluída no caderno eleitoral e em 1911 votou para a Assembleia Nacional Constituinte. Mas, logo no ano seguinte, este buraco na lei foi corrigido, passando a ser explícito que só os homens poderiam votar, só os homens poderiam ser cidadãos eleitores.

Só passados quase 20 anos, já na década de 1930, é que algumas mulheres passaram a poder votar. Sempre com um «mas». Podem votar, «mas» apenas as mulheres com ensino superior ou chefes de família.

Uns anos depois: podem votar, «mas» apenas as mulheres solteiras, de reconhecida idoneidade moral — seja lá o que isso for —, com habilitações mínimas independentes. Ou seja, qualquer mulher perdia o direito ao voto se se casasse. E porquê? Porque era inimaginável uma mulher poder votar diferente do seu marido. Aliás, o argumento de o direito ao voto das mulheres casadas poder pôr em causa a guarda da paz familiar foi largamente e calorosamente usado. Só em 1946 é que o voto foi alargado a mulheres casadas, «mas» — e há sempre um «mas» — se pagassem de contribuição predial mais de 200 escudos, quando aos homens apenas eram exigidos 100.

Foi em 1968 que deixou de haver regras diferentes para o voto de homens e de mulheres, passando a poder votar todos os cidadãos portugueses, «mas» — mas! — desde que soubessem ler e escrever. Na lei acabou a discriminação de género, mas na prática não; num país com uma taxa de analfabetismo tão alta e tão desigual, este «mas» deixava de fora mais de 30 % das mulheres no nosso País.

O direito ao voto universal e sem efetiva discriminação de género só foi alcançado há 50 anos, a 15 de abril de 1974, com a aprovação do decreto-lei que permitiu a tantas mulheres votar pela primeira vez nas eleições livres de 25 de abril de 1975. Patroas, criadas, solteiras, casadas, com estudos, sem estudos, todas puderam votar em igualdade e em paridade com os homens, finalmente.

Contudo, a luta pela participação política não termina no direito ao voto, é muito mais do que isso. E tem de ser, e tem sido, muito mais do que isso. É a exigência de estar no espaço público, de estar nos espaços de decisão e em igualdade. É a exigência de nos libertarmos das amarras e dos preconceitos com que todos e todas crescemos e que temos enraizados. E é o que fizeram e é o que têm feito tantas feministas, que têm desafiado estes preconceitos e dito algo tão simples como «uma mulher é quem e como ela quer ser».

Aplausos do L, do PS, da IL, do BE e de Deputados do PSD.

Maria Teresa Horta publicou *Minha Senhora de Mim*, pela mão de Snu Abecassis. Um livro tão ousado, tão verdadeiro — como é que uma mulher se atrevia a escrever sobre o seu corpo —, que Maria Teresa Horta foi espancada na rua por dois homens. Por isso, Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa uniram-se a Maria Teresa Horta para escrever as *Novas Cartas Portuguesas*. É que, se uma mulher incomodava, o que fariam três mulheres?

Uma outra mulher, Natália Correia, deu-lhes a mão e publicou este livro, que incomodou tanto que levou as «três Marias» a um julgamento que gerou movimentos de solidariedade feminista por todo o mundo. Mulheres que dão a mão a mulheres, é também deste dar a mão, deste apoio para libertar amarras e para sermos livres, juntas, que se faz a luta pelos direitos das mulheres.

Continuamos a precisar desta luta e de reclamar o espaço que também é nosso. Estamos longe de uma verdadeira igualdade, como se vê pelos números aterradoros de violência doméstica, pelo número de pessoas

que acham normal o homem controlar as finanças — e, arrisco-me a dizer, o voto — da mulher, pelos que continuam a achar que uma mulher só tem direito a opinar se tiver filhos, pela desigualdade salarial que continua a existir entre homens e mulheres, pelo número ainda baixo de Deputadas neste Parlamento.

E, lamento muito dizê-lo, Sr. Presidente, também pela forma como esta Sessão Solene foi organizada e está a acontecer. A proposta para assinalar os 50 anos da universalização do direito ao voto das mulheres partiu do Livre e foi aprovada por unanimidade desta Assembleia. Não aconteceu a 15 de novembro, mas no início de fevereiro ficou acordado que a Sessão teria lugar hoje, véspera do Dia da Mulher. Passado um mês, como é que chegámos a esta semana e nada estava previsto? Como é que a agenda não foi logo organizada com o Sr. Presidente da República e com o Governo para estarem presentes, como acontece noutras sessões solenes? Como é que não saíram os convites a todas as associações e entidades que lutam diariamente pelos direitos das mulheres e que deviam estar hoje aqui connosco?

Aplausos do L, do PS, do BE, do PCP e do PAN.

É que já tivemos outras sessões solenes — as últimas foram há muito pouco tempo, 25 de Novembro e o centenário de Mário Soares — e não há falta de conhecimento e de experiência de como organizar uma sessão solene; há, sim, uma grande falta de consideração por esta Sessão e pelos direitos das mulheres.

Aplausos do L, do PS, do BE, do PCP e do PAN.

É que os «mas», os «mas», as amarras continuam a existir, Sr. Presidente.

Da nossa parte, continuamos a lutar. Amanhã saímos à rua de mão dada a todas e a todos os que combatem a discriminação e que lutam por uma igualdade que nos permita, a todas e a todos, sermos mais livres, sermos mais visíveis, sermos mais felizes.

Aplausos do L, de pé, do PS, do BE, do PCP e do PAN.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Convidados, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em vésperas das comemorações do Dia Internacional da Mulher, dirijo uma saudação às mulheres — às mulheres trabalhadoras, às operárias, às intelectuais, a todas as mulheres, mães, avós, filhas; às mulheres que todos os dias lutam por uma vida melhor e pela efetivação dos seus direitos.

A história demonstra-nos que as mulheres não são sujeitos passivos. Foram e são protagonistas de muitas e muitas lutas por direitos, pela igualdade, pela emancipação. Corajosas, destemidas, determinadas, as mulheres enfrentaram a repressão, a privação e até mesmo a prisão.

Foi assim na luta pelo direito ao trabalho e igualdade de salário, contra a exploração e a fome, pelos direitos políticos — em especial pelo direito ao voto —, pela proteção da maternidade e da primeira infância, pela educação, pela paz, contra a guerra colonial, em solidariedade com os presos políticos, pela liberdade e a democracia; foi assim a luta das mulheres todos os dias em plena ditadura fascista.

A ação, a intervenção e a luta das mulheres contribuiu para derrubar o fascismo, para o 25 de Abril, para a consagração dos direitos, liberdades e garantias e a implementação do regime democrático. Foi com a Revolução de Abril que os direitos políticos, económicos, sociais e culturais foram conquistados: a universalidade do direito ao voto, o direito de eleger e de ser eleito, o direito de participação em igualdade.

A realização de eleições para os órgãos de soberania é parte do nosso regime democrático. O direito ao voto, o direito a poder optar, a ser determinante para a tomada de decisões quanto ao futuro do nosso País, é de um valor incalculável e que se traduziu na participação massiva nas primeiras eleições livres, diretas e de sufrágio universal para a Assembleia Constituinte em 1975.

Momentos únicos e exaltantes. Registou-se uma participação das mulheres sem paralelo, da participação política à sindical, da participação em atividades culturais à prática desportiva, da gestão de equipamentos públicos, por exemplo, ao acesso a novas profissões e carreiras.

A participação das mulheres esteve presente nas profundas transformações económicas e sociais no País, que consagrou, na nossa Constituição, a igualdade entre homens e mulheres em todas as dimensões da vida, e o princípio de «trabalho igual, salário igual», determinante para a elevação das condições de vida.

No entanto, e apesar dos avanços extraordinários e da consagração da igualdade na lei, ela não se reflete em toda a sua plenitude na vida das mulheres. Persistem obstáculos que impedem a participação das mulheres ativamente na vida coletiva e na vida política e social, o que, por si só, representa um empobrecimento do regime democrático.

O direito ao voto é, sem dúvida, de uma enorme importância. Mas, por si só, não é suficiente se não estiverem criadas as condições para uma efetiva participação das mulheres na definição das opções políticas, se as suas reivindicações não forem tidas em conta nas decisões a tomar.

Os direitos políticos são bem mais vastos e, em muitas circunstâncias, estão ainda muito longe de estarem acessíveis a todas as mulheres. Bem sabemos como as tarefas domésticas, cuidar dos filhos ou dos familiares, recaem sobretudo sobre as mulheres trabalhadoras, tudo isto após uma jornada de trabalho, e não lhes permitem ter tempo para participar na vida coletiva. Por mais quotas que haja, sem resolver os problemas estruturais, as mulheres trabalhadoras serão as primeiras excluídas. Impõe-se, assim, a remoção dos obstáculos e a garantia dos direitos políticos às mulheres, incluindo a promoção da sua participação política.

As quotas também criaram ilusões de que a presença de mais mulheres eleitas significaria que os seus direitos estariam mais defendidos. Mas a vida mostra que não é assim. Quantas e quantas vezes mulheres aqui, na Assembleia da República, rejeitam propostas concretas para reforçar os seus direitos — aconteceu ainda há bem pouco tempo, quando discutimos e votámos propostas para reforçar os direitos no que diz respeito ao acesso à interrupção voluntária da gravidez. Fica evidente que não é o sexo que determina as opções políticas, mas a natureza de classe das forças políticas que integram.

Por outro lado, as mulheres são as mais afetadas pelos baixos salários, pela pobreza, pela precariedade. Não há qualquer possibilidade de articulação da vida profissional e pessoal com a desregulação dos horários de trabalho, com os elevados ritmos de trabalho — e muitas das vezes, têm dois ou mais trabalhos para enfrentar o elevado custo de vida —, com o desrespeito dos direitos de maternidade e paternidade.

O acesso à saúde sexual e reprodutiva é, cada vez mais, uma miragem. Encerramentos de urgência de obstetrícia, dificuldades no acesso ao planeamento familiar são apenas alguns dos exemplos de como continuam a ser vítimas de diversas formas de violência a que urge dar combate. O respeito dos direitos das mulheres, a igualdade, são condição para uma sociedade verdadeiramente democrática.

Garantir que a igualdade na lei é igualdade na vida só é possível com uma política alternativa, que combata as desigualdades, a exploração e todas as formas de discriminação, retomando e pondo os valores e as conquistas de Abril no futuro.

Hoje, tal como no passado, a ação, a intervenção e a luta das mulheres é o fator determinante para um futuro onde a igualdade e a emancipação das mulheres seja, de facto, uma realidade.

Aplausos do PCP, do PS, do BE, do L, do PAN e de Deputados do PSD e da IL.

O Sr. **Presidente**: — Pedia algum cuidado aos Srs. Deputados que estão a ter conversas bilaterais e que perturbam a qualidade de audição de todos os intervenientes. Parece-me que todos os Srs. Deputados devem ter em atenção, além do respeito ao orador, também o respeito pela Sessão em si, que é solene.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, saúdo os presentes e as presentes, as associações feministas. Saúdo, para não deixar de notar, os ausentes, a começar pelo Primeiro-Ministro, pelo Governo, pelo Presidente da República, que demonstram que, sendo solene, esta cerimónia é de uma solenidade menor do que as outras cerimónias solenes que acontecem tão frequentemente nesta Assembleia da República.

Aplausos do BE, do PS, do PCP, do L, do PAN e de Deputados da IL.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, no início foi o pecado, o pecado n.º 2513.

Mas antes, recuemos até 1789, ano da Revolução Francesa, que pariu a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e com ela selou o paradoxo do liberalismo clássico. O universal masculino, dito gramatical e neutro, era afinal bastante literal. Foram os homens e os cidadãos do sexo masculino quem realmente teve os seus direitos reconhecidos.

A humanidade das mulheres foi negada. A Revolução Francesa impôs uma amarga derrota para o feminismo. A presença de mulheres em atividades políticas foi proibida. A consequência era a guilhotina. Segundo Rousseau, haviam transgredido as leis da natureza, renunciando ao seu destino de mães e esposas, querendo ser homens de Estado. Querer ocupar-se dos assuntos coletivos era querer ser homem.

O Código Napoleónico garantiu que ainda hoje estamos a expurgar do nosso Código Civil a universalidade do bom pai de família como senhor e medida de todas as coisas. Em resposta, Olympe de Gouges escreveu a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. Acusada de traição à pátria, foi condenada à morte e decapitada aos 45 anos de idade. Crime? Crime n.º 2513.

Muitas mulheres, como ela, escreveram a história em tinta e sangue, mas foram ativamente apagadas dela. No século XIX, a pensadora Flora Tristan descreveu de forma ímpar este apagamento, e cito: «O padre, o legislador, o filósofo, trataram a mulher como uma verdadeira pária. A mulher (é a metade da humanidade) foi colocada fora da igreja, fora da lei, fora da sociedade. [...] O padre diz-lhe: “Mulher, tu és a tentação, o pecado, o mal; representas a carne — isto é, a corrupção e a podridão.” [...] O legislador diz-lhe: “Mulher, por ti própria tu não és nada como membro ativo da humanidade. [...] Se quiseres viver, que sirvas de anexo a teu senhor e mestre, o homem.»

Muitas mulheres participaram em todas as revoluções. Conhecemos o nome de muito poucas. Revoluções que prometeram a igualdade: a Revolução Americana de 1776, a Revolução Francesa, a revolução portuguesa de 1910, a Revolução Russa de 1917. Quatro revoluções, três traições: só uma delas reconheceu a plena igualdade civil entre homens e mulheres. A Revolução Russa...

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Eh pá!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — ... reconheceu a igualdade e, por isso, Alexandra Kollontai tornou-se a primeira mulher num Estado moderno a pertencer ao Governo.

Poucos anos antes, em Portugal, a 1.^a República também foi conquistada por homens e mulheres. Teve até uma mulher por símbolo, mas traiu o feminismo sufragista a quem os republicanos tinham jurado lealdade.

Quando Carolina Beatriz Ângelo quis fazer valer essa jura e se apresentou para votar, enquanto chefe de família, rapidamente se apressaram a mudar a lei para manter as mulheres fora do voto e da eleição. O tal universal masculino voltava a ser literal e nada, nada neutro.

A república que destratou as mulheres e destratou os trabalhadores e as trabalhadoras só se fez frágil e frágil caiu perante o golpe reacionário.

A ditadura do tradicionalismo católico destruiu as organizações feministas da 1.^a República e a própria memória das suas lutas, quebrando violentamente a transferência de testemunho entre gerações de mulheres em luta pela liberdade.

A Constituição de 1933 estabelecia uma igualdade perante a lei, mas uma exceção quanto às mulheres que era justificada com «as diferenças da sua natureza e o bem da família». Acreditava-se, então, que a intervenção das mulheres na política iria colocar em causa o modelo tradicional de família.

A ideologia de género do Estado Novo permitiu a eleição de mulheres, sim, mas apenas a três, solteiras e diretamente escolhidas por Salazar, para intervir, e cito, «Pela ação moralizadora da Mulher Cristã, pela doçura das suas palavras, pela correção das suas maneiras, pela persuasão das suas lágrimas [...]». Nessa ideologia, em que metade da humanidade está condenada a tropeçar na virtude e a outra metade na imoralidade que a corrompe, a lei eleitoral de 1933 daria direito de voto apenas às mulheres com reconhecida idoneidade moral, um teste duro para existências tão impuras como viriam a ser as de Natália Correia ou de Maria Teresa Horta — delito 2513.

A partir de 1968, o direito de voto seria alargado, mas apenas às mulheres escolarizadas, o que é uma maneira um pouco mais hipócrita de chegar ao mesmo fim, ou seja, de negar o voto às mulheres.

Só em 1974 a Revolução de Abril reconheceu o sufrágio universal para as mulheres, iluminando um caminho de conquistas de igualdade, que agora cumpre 50 anos. Cada uma dessas lutas fez-se contra a estrutura de

repressão e a ideologia de género do Estado Novo, da qual todas as desigualdades e violências persistentes são tributárias. Por isso, hoje é o dia certo para dizer que não aceitamos que, sob os mesmos pretextos com que durante séculos excluíram e oprimiram as mulheres, agora queiram impor retrocessos aos direitos das mulheres e oprimir a diversidade.

Aplausos do BE, do PS, do L e do PAN.

Recordem-se sempre do número 2513, o número de recenseamento com que Carolina Beatriz Ângelo exerceu o seu direito de voto na assembleia eleitoral de Arroios, em 1911. O número do nosso — de nós, mulheres! — maior crime será sempre aquele que nos faz avançar: a rebeldia. E é precisamente por isso que nunca podemos desistir dela. Submissas nos querem, rebeldes nos terão. Viva Carolina! Viva o 8 de março! Viva a luta das mulheres!

Aplausos do BE, do PS, do L, do PAN e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para intervir, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Há 50 anos as mulheres portuguesas conquistaram um direito fundamental que nunca lhes deveria ter sido negado, o direito de votar em plena igualdade com os homens. Este momento não foi apenas uma vitória simbólica, foi a afirmação definitiva de que as mulheres têm o mesmo papel que os homens na construção do futuro de Portugal.

A igualdade perante a lei foi uma conquista essencial, mas a verdadeira igualdade só se alcança garantindo que cada pessoa tem as mesmas oportunidades de demonstrar o seu valor e a mesma liberdade para escolher o seu caminho. O mérito deve ser o único critério para o sucesso, seja na política, na economia ou em qualquer outra esfera da sociedade, sem paternalismos, preconceitos, favores ou lugares garantidos por decreto. Por isso, esta foi uma vitória da liberdade e da justiça, um momento que reafirmou um princípio essencial: todos os indivíduos devem ter os mesmos direitos.

O direito de voto das mulheres foi mais do que uma alteração legislativa, foi a aceitação, finalmente, de que a igualdade não é uma concessão. Mas esta conquista não aconteceu isoladamente, ela foi o culminar de séculos de luta, não apenas em Portugal, mas no mundo inteiro.

Desde os primórdios da civilização, as mulheres estiveram no centro da construção das sociedades, muitas vezes sem o devido reconhecimento. Foram governantes, filósofas, cientistas, guerreiras, artistas, empresárias e mães de gerações inteiras que moldaram o destino da humanidade. A sua contribuição nunca precisou de privilégios artificiais, mas, sim, do reconhecimento das suas capacidades e do seu mérito.

Apesar destas contribuições inegáveis, durante séculos as mulheres foram mantidas à margem e enfrentaram inúmeras barreiras, impostas por normas sociais religiosas e políticas, que limitaram a sua autodeterminação. Desde o direito ao voto até ao direito de frequentar universidades, de trabalhar sem a autorização de um marido ou do pai, de gerir o seu próprio dinheiro e de decidir sobre a sua vida familiar e reprodutiva, cada avanço foi alcançado através de uma luta constante contra estruturas de poder que as mantinham numa posição inferior.

Mas se em muitas democracias a participação política das mulheres, a sua presença no mercado de trabalho, o seu acesso à educação e o direito à não discriminação são hoje uma realidade, em outros contextos as mulheres continuam a ser oprimidas, reprimidas, excluídas, postas à margem de sociedades, sem acesso à educação, sem acesso ao mercado de trabalho, forçadas a uma submissão completa à família e inseridas em sociedades onde não têm direitos ou liberdade.

E, por isso, hoje deve ser mais do que um dia evocativo. Deve ser também um dia de reflexão sobre os desafios que persistem e sobre as ameaças concretas que, em diversos países e contextos políticos, colocam em risco a liberdade das mulheres, muitas vezes de forma violenta e sistemática.

Hoje, celebrar este marco do direito ao voto das mulheres em Portugal não é apenas recordar o passado, é assumir a responsabilidade de continuar a defender a liberdade e a igualdade de direitos e oportunidades onde quer que sejam ameaçados.

Hoje, celebrar este marco é enaltecer todas as mulheres que desafiaram as limitações impostas com coragem e deixaram a sua marca no mundo, assumindo que a sua contribuição nunca precisou de privilégios artificiais, mas, sim, do reconhecimento das suas capacidades e do seu mérito.

Hoje, celebrar este marco é a reafirmação do nosso compromisso com um país onde cada cidadão, independentemente do seu género, origem social ou das suas escolhas pessoais, pode concretizar o seu potencial sem amarras, sem barreiras artificiais e sem imposições.

A luta pela igualdade de oportunidades é legítima e necessária, mas não é uma luta por leis, estatísticas ou discriminações positivas. É uma luta pela mudança de mentalidades, pelo reconhecimento de que a igualdade e a liberdade são para todos, pela garantia de que não há barreiras à entrada, que não há preconceitos a travar a ambição e que ninguém é julgado pelo seu género, mas sim pela sua competência.

Aplausos da IL e de Deputados do PSD e do CDS-PP.

A democracia é mais forte quando todas as vozes contam e, há 50 anos, Portugal tornou-se mais livre, porque finalmente reconheceu o que sempre deveria ter sido evidente: as mulheres não são apenas parte da sociedade, são protagonistas do seu futuro.

Aplausos da IL, de pé, e de Deputados do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Manuela Tender, do Chega.

A oradora retira o cravo vermelho da tribuna.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Manuela Tender** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Convidados: Evocamos hoje os 50 anos da universalização do direito das mulheres ao voto em Portugal e congratulamo-nos com a justa conquista deste direito cívico e político, vedado durante tanto tempo às mulheres.

Os debates nas instituições nacionais sobre esta matéria, acessíveis nas atas das assembleias e com ecos na imprensa, evidenciam um preconceito, hoje inaceitável, sobre a capacidade eletiva e a competência para o exercício do voto responsável e consciente, por parte das mulheres.

Em 1822, o Deputado Borges de Barros apresentou a proposta para o direito de voto das mulheres com seis filhos legítimos — hoje, excluiria quase todas —, considerando que às mães não se deve negar o direito de votar naqueles que devem representar a nação, pois ninguém dá mais ao País do que quem lhe dá os seus cidadãos,...

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Manuela Tender** (CH): — ... e acusou os homens de manterem propositadamente as mulheres na ignorância, receando a sua superioridade, defendendo que as mulheres não têm qualquer defeito que as impeça de exercer os seus direitos políticos.

Esta proposta não foi, sequer, admitida à discussão pelas Cortes, como o Deputado Borges Carneiro explicou, e cito, «[...] trata-se do exercício de um direito político e deles as mulheres são incapazes. Elas não têm voz nas sociedades públicas [...]». Este preconceito perdurou e perdurou.

Em 1911, a médica Carolina Beatriz Ângelo aproveitou uma abertura na lei para requerer o direito ao voto como chefe de família viúva, que sabia ler e escrever. Rapidamente essa brecha foi fechada e só em 1931 se reabriu, com muitas restrições, só abolidas após a Revolução de 25 de Abril de 1974, com a consagração do sufrágio universal, um marco importante na promoção da igualdade de direitos e de uma cidadania plena para homens e mulheres, que o Chega defende e promove.

Mas as mulheres são hoje confrontadas com outros preconceitos e ameaças que carecem de uma intervenção mais ativa na sua defesa, por parte das nossas instituições.

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Manuela Tender** (CH): — O preconceito continua a dificultar o acesso das mulheres a lugares de topo e a justificar diferenças salariais no mesmo escalão para a mesma atividade. Continua a atribuir o sucesso e a ascensão profissional das mulheres a fatores exógenos, muitas vezes socialmente censuráveis. Continua a justificar a dispensa inqualificável de mulheres grávidas ou lactantes e a preterição de mulheres, porque podem engravidar e ter de voltar para acompanhar os filhos.

O preconceito sobre os papéis sociais continua a castigar as mulheres, dificultando a conciliação da atividade profissional com a vida pessoal e familiar. Continuam a desculpabilizar-se socialmente comportamentos agressivos e violações, gerando um sentimento de culpa na vítima.

O preconceito, a ignorância e o sentimento de impunidade continuam a impedir o acesso da mulher a direitos fundamentais e a ameaçar a sua integridade e a sua vida. Quantas mulheres têm morrido vítimas de violência doméstica, mesmo após denúncia da própria ou de terceiros?

Continuamos a falhar na defesa da integridade física e psicológica das mulheres, da sua dignidade e do acesso a direitos fundamentais. Continuamos demasiado condescendentes com comportamentos condenáveis e atentatórios dos direitos das mulheres.

A segurança da mulher fica comprometida quando alguns partidos e Governos criam condições para uma imigração descontrolada, com prevalência de origens e culturas que não respeitam a integridade e os direitos das mulheres, expondo as portuguesas a ameaças no seu próprio País.

Aplausos do CH.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, muitas das mulheres que votaram pela primeira vez há 50 anos dedicaram a vida à família, apoiando ascendentes e numerosos descendentes, ou iniciaram a atividade laboral aos 10 ou aos 12 anos e hoje auferem uma pensão de miséria, incompatível com uma vida digna.

Aplausos do CH.

Hoje, como ontem, as mulheres continuam a ter dificuldades no acesso a direitos fundamentais. Temos a responsabilidade de mudar isto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Manuela Tender** (CH): — O Chega reafirma aqui o seu compromisso e determinação na luta por uma efetiva igualdade de direitos.

Aplausos do CH, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Alexandra Leitão, do Partido Socialista.

A oradora coloca o cravo vermelho de novo na tribuna.

Aplausos do PS, do BE, do L e do PAN.

Protestos do CH.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Encontramo-nos hoje, nesta Assembleia da República, para celebrar os 50 anos da universalização da concessão do direito de voto às mulheres em Portugal — disse concessão, mas devia ter dito conquista desse direito efetivo e pleno.

Aplausos do PS, do BE, do L e do PAN.

O direito de voto pleno para as mulheres foi conquistado pelas mulheres e homens que se juntaram espontaneamente aos militares para fazer a Revolução do 25 de Abril, que nos trouxe a democracia, eleições livres, igualdade e liberdade. Muito obrigada a todas essas mulheres e a todos esses homens.

O processo para a democracia tem como momento seminal a eleição da Assembleia Constituinte. Mas esse momento só seria verdadeiramente livre e democrático se a Assembleia que aprovou a Constituição fosse eleita por sufrágio universal, direto e secreto. Por isso, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 620-A/74, de 15 de novembro, que garantiu, pela primeira vez, o direito de voto universal, sem discriminação de género.

Na sequência desse diploma, realizou-se um recenseamento assente na universalidade do direito ao voto, que assegurou que a Assembleia Constituinte representasse, efetivamente, a real e verdadeira vontade popular. Até essa data, nunca as mulheres tinham tido pleno direito de voto.

Já lembrada aqui, em 1911, Carolina Beatriz Ângelo foi a primeira mulher a votar, porque a lei não especificava que apenas os cidadãos do sexo masculino tinham capacidade eleitoral, mas sim todos os cidadãos portugueses com mais de 21 anos que soubessem ler e escrever e fossem chefes de família — requisitos que Carolina Beatriz Ângelo reunia.

Mas o legislador depressa corrigiu essa «omissão» da lei, passando a ser explícito que só os cidadãos do sexo masculino teriam direito a voto. Só 20 anos depois, na década de 30, é que algumas mulheres passaram a poder votar se tivessem o ensino superior e fossem chefes de família e, mais tarde, apenas as mulheres solteiras, ou seja, uma mulher perdia o direito ao voto se casasse.

No fim da década de 60, deixou formalmente de haver regras diferentes para o voto de homens e mulheres, passando a poder votar todos os cidadãos portugueses, desde que soubessem ler e escrever. Na prática, contudo, a discriminação mantinha-se, porque a taxa de analfabetismo entre os homens rondava os 25 % e o das mulheres chegava quase a 40 %.

Assim, o direito ao voto universal e sem efetiva discriminação de género só foi alcançado há 50 anos, nas eleições para a Assembleia Constituinte, realizadas em 25 de Abril de 1975. Nesse dia, Portugal deu um passo decisivo na construção de um regime democrático e de uma sociedade justa e igualitária.

Aplausos do PS, do BE, do L e do Deputado da IL Carlos Guimarães Pinto.

Citando Maria Velho da Costa, uma das três Marias, no seu magistral poema *Revolução e Mulheres*: «Elas dobraram em quatro um papel que levava dentro uma cruzinha laboriosa». A universalização do voto não foi apenas uma conquista eleitoral, mas um reflexo da vontade das mulheres de terem voz nas decisões políticas, de moldarem o seu futuro e o futuro de todos os portugueses. A sua participação nas urnas é um símbolo de emancipação e de capacidade de influenciar as escolhas políticas que afetam a sua vida e a da comunidade.

Apesar da enorme evolução nesta matéria, a igualdade plena entre homens e mulheres está longe de ser um objetivo totalmente alcançado. Nas eleições de 1975 foram eleitas 20 Deputadas em 250 mandatos, ou seja, 8 %; quase 50 anos volvidos, nas últimas eleições legislativas, foram eleitas 76 mulheres em 230 Deputados, representando 33 % do total de mandatos, menos 11 %, aliás, do que na eleição anterior.

Isto significa que a discriminação na capacidade eleitoral ativa foi eliminada há 50 anos, mas, infelizmente, ainda há fatores que afastam a plena igualdade no que respeita à capacidade eleitoral passiva e limitam a participação das mulheres na vida política. O Partido Socialista orgulha-se de ter tido a iniciativa de leis de paridade de género, mas ainda há muito caminho a percorrer.

Aplausos do PS e do BE.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, no dia em que evocamos os 50 anos da universalização do direito das mulheres ao voto em Portugal, é preciso celebrar, mas também fazer alertas: a misoginia está a crescer e este Parlamento é, muitas vezes, palco disso mesmo!

Os números da violência doméstica e da violência contra as mulheres aumentam e assiste-se a um retrocesso em vários direitos das mulheres desde o desinvestimento efetivo em políticas de igualdade às limitações ao direito à saúde reprodutiva, assegurada no papel, mas tantas vezes negada na prática, passando pela desigualdade salarial e no mercado de trabalho.

Em muitas zonas do mundo, a situação das mulheres é insuportável: são discriminadas, impedidas de estudar e de trabalhar, privadas de liberdade, forçadas a casar em meninas, a engravidar e a abortar, humilhadas, assediadas, vendidas, trocadas, abusadas sexualmente, violadas, lapidadas, torturadas, mortas. Tudo isto perante a fraca, ou nenhuma, intervenção da comunidade internacional.

É por isso que, em todo o mundo, continua a fazer sentido assinalar e comemorar o Dia da Mulher no dia 8 de março, amanhã.

Aplausos do PS, do BE, do L, do PAN e de Deputados da IL.

Este é, portanto, um momento de celebrar, mas também de reafirmar o nosso compromisso com a promoção da igualdade de género, em todas as suas dimensões. Temos de continuar a trabalhar para que as mulheres sejam eleitoras e eleitas, mas também, cada vez mais, protagonistas das decisões que moldam o nosso País. Porque sem igualdade não há liberdade, porque sem igualdade não há democracia.

Aplausos do PS, de pé, do BE, do L, do PAN e do Deputado da IL Carlos Guimarães Pinto.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada do PSD e Vice-Presidente da Assembleia da República Teresa Morais.

A Sr.^a **Teresa Morais** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Sr.^a Secretária de Estado da Igualdade, Ilustres Convidadas e Convidados, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados: O momento que hoje celebramos é uma referência democrática fundamental, sem a qual não poderíamos mesmo falar da existência de democracia.

O voto universal das mulheres foi uma condição essencial para um Estado democrático que tardou e desesperou muitas gerações de mulheres que lutaram pelo sufrágio universal feminino e que são, todas elas, merecedoras de admiração e de profundo agradecimento. Passaram-se 50 anos dessa consagração, já aqui hoje, por diversas vezes, recordada, enaltecida, elogiada. É, por isso, um bom momento para uma breve reflexão sobre o ponto a que chegámos.

Onde estamos nós, no que respeita aos direitos das mulheres, 50 anos depois? O percurso que fizemos foi o caminho das pedras, em que cada uma delas foi ultrapassada a custo e algumas delas insistem mesmo em não nos sair da frente. Cinquenta anos depois, com conquistas inegáveis e avanços notáveis, não estamos, porém, no nosso entender, onde 50 anos de democracia e de igualdade formal nos deveriam ter conduzido.

O princípio da igualdade, constitucionalmente consagrado, e a concreta e específica igualdade entre homens e mulheres, elevada a tarefa fundamental do Estado no artigo 9.º, alínea *h*) da Constituição, se preceituam uma igualdade, não asseguram, por si só, a igualdade real entre mulheres e homens, tarefa claramente imperfeita. E se esta igualdade formal não é ainda a igualdade inteira, há que continuar a lutar por ela no dia-a-dia do legislador, do exercício do poder executivo e de todos os poderes relevantes na sociedade.

O País e o mundo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, não precisam do regresso de *soft girls*, precisam de mulheres independentes, capacitadas, interventivas e lutadoras.

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do BE, do L, do PAN e de Deputados da IL.

A maioria da população, a sua parte mais qualificada, não pode continuar sub-representada a todos os níveis, designadamente a nível económico e político. Apesar de termos uma das mais elevadas taxas de participação de mulheres no mercado de trabalho, as mulheres são, como sabemos, ainda as mais afetadas pelo desemprego, pelo trabalho a tempo parcial e pela persistente segregação nas condições de trabalho. E neste percurso, que em largas pinceladas aqui se traça, é imperativo lembrar a persistência da desigualdade salarial que resiste à intervenção do legislador, aos esforços dos sucessivos Governos e aos instrumentos criados para a combater.

No que se refere à participação política, o ponto mais crítico é, seguramente, o domínio autárquico, com as mulheres a ficarem longe das presidências de câmaras, com números que em 2021 conseguiram regredir face

às eleições autárquicas anteriores. O País terá, em breve, uma oportunidade para inverter esta tendência, veremos se a vai aproveitar.

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do BE, do L e do PAN.

Já quanto à composição dos Governos, os números revelam que os Executivos evoluíram melhor do que o Parlamento, tendo o atual Governo 40,7 % de mulheres na sua composição, entre ministras e secretárias de Estado.

Mas olhemos então, brevemente, para dentro, para o Parlamento, e não faltarão exemplos de que a igualdade no exercício da ação política tem muito por onde melhorar. As mulheres eleitas nesta Legislatura, como já aqui foi lembrado, representaram à data da sua eleição 33 % dos eleitos, apesar das imposições da Lei da Paridade.

Por outro lado, continuamos a verificar uma sub-representação das mulheres em comissões parlamentares, em áreas de soberania e em delegações parlamentares e em instituições internacionais, como a União Interparlamentar ou a Assembleia Parlamentar da NATO (North Atlantic Treaty Organization).

Veja-se o exemplo da Comissão de Defesa Nacional, com 19 Deputados e 3 Deputadas efetivas, ou a Delegação Parlamentar da NATO, com 13 homens e 1 mulher. Estamos, neste ponto específico, ao nível em que estávamos em 2002, quando eu integrava esta delegação e cheguei a ser confundida com a mulher de um Deputado.

Aplausos do PSD, da IL, do BE e de Deputados do PS.

Dirão alguns que se fez um bom caminho, que já nada é como dantes; pois eu tomo a liberdade de considerar que este percurso tem sido demasiado longo e demasiado lento.

Aplausos do PSD, da IL, do BE e de Deputados do PS.

Digo também que nos trouxe a um ponto de insuficiência de onde precisamos de sair.

Por isso, sugeri que, em Conferência de Líderes, se discutisse a forma como se compõem as comissões parlamentares e as delegações externas da Assembleia da República.

Naturalmente que alguns dirão, e com razão, que, tendo sido eleitas nesta Legislatura apenas 76 Deputadas dos 230 parlamentares, elas não podem estar em todo o lado. Mas para isso existe uma solução, que, não sendo certamente consensual, é o passo que nos falta dar para a verdadeira paridade: sejamos mais exigentes na representação mínima obrigatória de mulheres e de homens nas listas eleitorais, e o problema resolve-se.

Aplausos do PSD, do PS, do BE, do L, do CDS-PP e do PAN.

Acabe-se com a conversa estafada de que é difícil trazer as mulheres para a política. Aprofundem-se as condições de equilíbrio entre a vida familiar, pessoal e profissional e elas virão, como já vieram muitas Deputadas que aqui hoje se encontram, apesar da família que fica longe, de muitas com filhos pequenos e dos longos quilómetros que percorrem, todas as semanas ou mesmo todos os dias, para cumprirem o seu mandato, tal como fazem os Deputados.

Aplausos do PSD, do PS e do L.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Convidados, Sr.^a e Sr. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, termino com uma referência às mulheres que não têm disponibilidade física nem mental para a participação política, talvez nem mesmo para a liberdade de exercerem o direito universal de voto, conquistado há 50 anos, porque o seu único objetivo é sobreviver à violência doméstica de que são vítimas. Saibamos todos — Parlamento, Governos, tribunais, forças de segurança, instituições sociais e comunidade — corresponder ao seu apelo, ouvir o seu grito desesperado e afirmar, com vigor, que o País não lhes pode continuar a falhar.

Aplausos do PSD, de pé, do PS, do BE, do L, do CDS-PP, do PAN, de Deputados do CH e de Deputados da IL.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Representantes dos Tribunais Superiores, Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas, Sr.^{as} Embaixadoras e Srs. Embaixadores, Ilustres Convidadas e Convidados, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em democracia, não importam apenas as nossas diferenças, as nossas distâncias. Importa também o que nos une, o chão comum que pisamos, as conquistas comuns que celebramos, os direitos e os deveres, os princípios e os valores, as leis e os processos, os pactos e os progressos, os heróis, as heroínas e tudo o mais que dá sentido à nossa marcha.

Em democracia, não interessa só o que é urgente, a agenda do dia, a agitação do momento, as manchetes dos jornais. Interessa também, e porventura sobretudo, o que fica, independentemente dos Governos, das maiorias ou dos círculos eleitorais.

É isso que celebramos hoje, nesta sessão. Celebramos o sufrágio universal feminino. Mas não só, celebramos a democracia, no seu sentido mais autêntico, porque a democracia, para o ser, tem de ser para todos.

Os meus direitos ficam beliscados se a minha mulher e as minhas filhas não forem cidadãs de pleno direito. As minhas prerrogativas cívicas ficam limitadas quando outros, no meu País, a elas não têm acesso. A minha liberdade de expressão deteriora-se quando outros, ao meu lado, são impedidos de a exercer na plenitude. A qualidade do regime fica prejudicada quando os partidos não querem ou não conseguem mobilizar os melhores, mobilizar as melhores.

Por isso, esta sessão solene é mesmo, e tem de ser, de todos. Não é propriedade do *wokismo* nem pertença do populismo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Não é dos que acham que os combates da igualdade são assunto fechado e resolvido nem dos que pensam que ainda está tudo por fazer. Esta sessão é de todos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, Abril abriu as portas ao voto universal, ao voto feminino universal, mas o direito de voto é apenas uma parte do tema da participação política. Essencial, mas uma parte.

Mesmo em democracia, foi preciso uma lei da paridade para garantir a representatividade mínima das mulheres.

Andámos muito caminho, é verdade, desde a Assembleia Constituinte, com 8 % de mulheres, até este Parlamento, com 33 %. Temos duas líderes partidárias em exercício, quatro grupos parlamentares presididos por mulheres, mas continuamos ainda a sentir que a política, vezes demais, é um mundo fechado à presença feminina, e não há razão para assim ser.

Os estudos dizem-nos que as mulheres votam mais do que os homens. O problema não é, assim, seguramente, das mulheres, do seu alheamento da causa pública; é mesmo de como a ação política se estrutura. É dos partidos, que precisam de definir melhor os mecanismos de recrutamento. É do Parlamento, que precisa de cuidar melhor da relação com a sociedade e o território. É da progressiva fraca reputação, inerente à política e ao seu exercício, de que muitos, fora e dentro dela, contribuem para a sistemática revisão em baixa e que afasta tanta e tanta gente, especialmente aqueles e aquelas que já se habituaram a estar longe, bem longe, da política.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, acredito na força do exemplo, que arrasta, que convence, que mobiliza. Acredito em gestos pessoais que fazem a diferença para o todo.

Acredito em heróis e em heroínas, e hoje, nesta Assembleia, também é dia de as invocar. É dia de Carolina Beatriz Ângelo, a mulher que processou o Estado republicano para poder votar. É dia de Margarida Tengarrinha, de Alda Nogueira, de Fernanda de Paiva Tomás e de tantas mulheres que enfrentaram a repressão, em nome de um País diferente.

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.

É dia de Maria Teresa Horta, das Três Marias e de Natália Correia, de Sophia e Amália, mulheres insubmissas, que usaram a cultura como arma de construção de um País. É dia de Maria de Jesus Barroso, de Manuela Eanes e de Snu Abecassis,...

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do BE, do L, do CDS-PP e do PAN.

... que foram sempre muito mais do que grandes mulheres ao lado de grandes homens.

É dia de Maria de Lourdes Pintasilgo e também de Assunção Esteves, das mulheres que quebraram barreiras e que foram as primeiras, para que pudesse haver segundas sem estigmas.

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do L, do CDS-PP e do PAN.

Hoje é dia de Maria José Nogueira Pinto e de Helena Roseta, de Heloísa Apolónia e de Assunção Cristas, de Maria de Belém Roseira e de Catarina Martins, de Zita Seabra e de Manuela Ferreira Leite, de Vera Lagoa e de Teresa Patrício Gouveia, de Odete Santos e de Leonor Beleza.

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do BE, do L, do CDS-PP e do PAN.

É dia de todas as mulheres, cujo direito de voto ninguém pôs em causa ou põe em causa. E, hoje, todas podem olhar para esta Casa e encontrar, igualmente, dezenas de mulheres de grande valor nos diferentes quadrantes políticos aqui representados.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, quem havia de dizer, há 50 anos, que andaríamos tanto caminho? E que o faríamos juntos, com consenso entre os partidos e na sociedade civil.

Quem havia de dizer que aqui estaríamos, 50 anos depois, mais próximos de que este assunto passe a ser um não-assunto, cada vez mais óbvio, cada vez mais consensual?

O que dizemos hoje ao País e a todas as mulheres é que continuaremos a trabalhar para que assim seja.

O caminho não está todo feito. A causa da igualdade não está inteiramente adquirida, mas hoje é mesmo dia de celebrar, e é isso que fazemos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé, do PS, da IL e do L.

Vamos ouvir o hino nacional.

A Banda da Guarda Nacional Republicana, colocada junto aos Passos Perdidos, executou o hino nacional da República Portuguesa, que foi cantado, de pé, pelos presentes.

Aplausos gerais, de pé.

Está encerrada a sessão.

Eram 11 horas e 17 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.